

## **Sindicalismo, petróleo e política. Mudanças na ação sindical petroleira.**

**Danilo Lucena Mendes**

Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (Ufscar)

### **Resumo**

O objetivo deste artigo é analisar as mudanças do sindicalismo petroleiro no decurso da crise político-econômica iniciada em 2013, tendo como referência os trabalhadores petroleiros representados pela Federação Única dos Petroleiros (FUP). Argumentamos que em conjunturas instáveis as organizações sindicais tendem a acentuar a confrontação às políticas governamentais e empresariais, entretanto, o conteúdo das estratégias varia de acordo com os desafios contextuais, com a capacidade organizacional dos sindicatos e sua filiação política. Assim, comparativamente às décadas de 1980 e 1990, na conjuntura em análise, marcada pela crise na Petrobrás e por políticas estatais de desregulamentação do mercado de trabalho, as lideranças sindicais petroleiras apostaram mais no diálogo do que no conflito aproximando-se de uma prática sindical de tipo propositiva.

**Palavras-chave** sindicalismo, petroleiros, Federação Única dos Petroleiros, Petrobras.

### **Abstract**

The aim of this paper is to analyze the changes in oil unionism during the political-economic crisis that began in 2013, with reference to oil workers represented by the Unique Federation of Oil Workers (FUP). We argue that in unstable circumstances union organizations tend to accentuate the confrontation with government and business policies, however, the content of the strategies varies according to the contextual challenges, the organizational capacity of the unions and their political affiliation. Thus, compared to the 1980s and 1990s, in the current conjuncture, marked by the crisis in Petrobras and by state policies of deregulation of the labor market, the oil union leaders bet more on dialogue than on the conflict approaching a trade union practice purposeful type.

**Keywords** trade unionism, oil workers, Federação Única dos Petroleiros, Petrobras.

## Introdução

O confronto foi a face dominante do sindicalismo petroleiro nas décadas de 1980 e 1990. No processo de ascensão do novo sindicalismo, esse setor destacou-se como um dos mais organizados dentro do movimento sindical brasileiro. Assim, nos anos 1980 os petroleiros estiveram engajados pela reposição da renda do trabalho ante a escalada da inflação que corroía os salários e na oposição aos governos durante o período da transição para a Nova República. Na década de 1990, os petroleiros mobilizaram-se contra a onda privatizante dos governos pós-militares. No interregno dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT, 2003-2016), o ímpeto grevista da categoria refluíu. Após isso, no recente contexto, a ação sindical petroleira viu-se desafiada pela adoção de uma política neoliberal na condução dos negócios da Petrobras, como atestam: i) a venda de refinarias e campos de produção de petróleo; e ii) a política de cortes de investimentos pela estatal<sup>1</sup>, revertendo a tendência do período de 2002-2015, durante o qual seus investimentos em relação ao PIB sempre foram maiores que aqueles efetuados pelo próprio governo federal<sup>2</sup>. Com efeito, o sindicalismo de confronto, costumeiramente exercido pelos petroleiros frente a iniciativas privatizantes, passou a dividir espaço com propostas de diálogo com a direção da empresa estatal. Diferentemente, do padrão histórico de ação sindical da categoria, a greve de 2015, por exemplo, pautou a instituição de um espaço de interlocução com a empresa com vistas a encontrar, de modo conjunto, uma saída para a crise.

Em 2015, após 12 dias de greve, a FUP instituiu com a Petrobras o Grupo de Trabalho: Pauta pelo Brasil. No relatório final desse Grupo consta o seguinte:

A FUP considera que esta experiência é uma evolução do processo de interlocução entre a Federação e a Petrobras e tem como principais objetivos diagnosticar a situação em que se encontra a Petrobras, discutindo alternativas para o enfrentamento do difícil momento vivido pela empresa. Os dados e informações aqui discutidas serão de fundamental importância para agirmos junto a diversos segmentos da sociedade<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> FIORI, J. L. C. “Petróleo: uma decisão urgente.” In: LEÃO, R.; NOZAKI, W. (Org.). *Geopolítica, estratégia e petróleo: transformações internacionais e nacionais*. Rio de Janeiro: INEEP; FLACSO, 2019.

<sup>2</sup> CERQUEIRA, B. S. “Política fiscal, demanda agregada, crescimento e crise: o investimento federal e o investimento da Petrobras no período 2003-2015.” *Instituto de Economia da UFRJ*, texto para discussão n. 27, 2016. Disponível em: [http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2016/TD\\_IE\\_027\\_2016\\_CERQUEIRA.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2016/TD_IE_027_2016_CERQUEIRA.pdf) Acesso em: 11 jul. 2019.

<sup>3</sup> Federação Única dos Petroleiros. *Grupo de trabalho: Pauta pelo Brasil – Relatório Final*. Rio de Janeiro: FUP e Petrobras, 2016, p. 2.

Isso significa que o repertório de respostas do sindicalismo petroleiro sofreu uma mudança. Diferentemente das greves históricas de 1983 e 1995, quando os petroleiros mobilizaram-se para o confronto e a tática foi o “tudo ou nada”, como forma de pressionar a ação estatal, na greve de 2015, um dos objetivos foi instituir um canal de interlocução por meio do qual a FUP e a Petrobras elaborassem respostas para a superação conjunta dos problemas da empresa.

Essa atitude evidencia uma reorientação propositiva do sindicalismo petroleiro resultante da incorporação de uma prática comum no contexto de crise da década de 1990. Nesse período, estabeleceu-se um processo de abertura comercial, que aprofundando os efeitos da globalização sobre a economia brasileira impulsionou uma forte reestruturação produtiva. Por um lado, a reorganização do processo produtivo por meio do incremento tecnológico atingiu as bases sindicais na medida em que implicou na eliminação de milhares de postos de trabalho. Por outro lado, a diminuição das barreiras de importações forçou a indústria nacional a competir com os preços do mercado global. Com efeito, ameaçando transferir as atividades para novos territórios produtivos, o que significaria a eliminação de mais postos de trabalho, as empresas forçaram os sindicatos a aceitar novas e desfavoráveis condições de trabalho. Esse processo refletiu a perda de poder de barganha dos sindicatos que para evitar o pior cenário, que seria a redução radical dos empregos e perda de direitos sociais, passaram a negociar com a expectativa de minimizar as perdas. Assim, esse tipo de ação sindical caracterizou-se, de um lado, pelo ajustamento a condições de trabalho mais precárias, e de outro, pela participação, junto ao Estado e à sociedade civil, em iniciativas voltadas a formulação de políticas públicas de incentivo aos investimentos com vistas a garantir trabalho e renda.

Nesse sentido, a redefinição propositiva do sindicalismo petroleiro no período pós 2013 segue uma tendência similar àquela ocorrida na década de 1990 com importantes categorias do sindicalismo brasileiro. Nessas circunstâncias, os sindicatos têm o seu potencial organizativo enfraquecido e tendem a aceitar (por força ou por consentimento) negociações que consolidam perdas de direitos e como alternativa procuram se antecipar às intempéries dirigindo esforços para garantir investimentos, trabalho e renda. Essas mudanças afetam negativamente o potencial político do sindicalismo brasileiro tornando-o menos forte no conflito de interesses que tem lugar na arena política, mas pode originar novas formas de resistência que escapam dos figurinos tradicionais, tal como aconteceu, por exemplo, no final dos anos 1970 entre os metalúrgicos do ABC.

Compreende-se, assim, que os agentes tendem a tomar certas decisões tendo em vista o contexto de suas escolhas, ou seja, no curso do processo histórico no qual a identidade da

organização foi construída<sup>4</sup>. Entende-se que quando as organizações sindicais se encontram em conjunturas instáveis a confrontação às políticas governamentais e empresariais tende a se acentuar<sup>5</sup>. O conteúdo exato das estratégias ou respostas sindicais, porém, varia de acordo com a contingência histórica (desafios contextuais); a capacidade organizacional dos sindicatos (capacidade de mobilizar e sustentar greves pelo período que for necessário); as oportunidades e a identidade política.

A estrutura de oportunidades e a identidade política guardam uma estreita relação constitutiva, a primeira depende do desenvolvimento histórico do capitalismo em cada contexto nacional particular e do papel exercido pelo Estado nesse processo<sup>6</sup>. O curso definido desse processo compõe uma estrutura de oportunidades que condicionará os sindicatos assumirem certa linha política, ou seja, os sindicatos constroem as suas identidades no curso da formação dessa estrutura que está inscrita dentro do desenvolvimento histórico do capitalismo e do papel do Estado nesse processo. Nesse sentido, cabe ressaltar alguns elementos constitutivos da identidade sindical petroleira.

A identidade dos petroleiros foi moldada na luta contra o regime autoritário e no bojo da ascensão do novo sindicalismo<sup>7</sup>. Dentro desse movimento, teve especial relevo na formação da autoimagem dos petroleiros a resistência à organização corporativa de interesses. Ademais, a ideia de uma Federação de sindicatos, por si só, nega o princípio da fragmentação

<sup>4</sup> HYMAN, R. *Understanding European Trade Unionism: Between market, class and society*. Sage: London, 2001.; KELLY, J. “Theories of collective action and union power.” In: GALL, G.; WILKINSON, A.; HURD, R. (Org.) *The International Handbook of Labour Unions: Responses to Neo-Liberalism*. Edward Elgar: Cheltenham, Northampton: 2011, p. 13-28.

<sup>5</sup> HYMAN, R.; GRUMBELL-MCCORMICK, R. “Trade unions, politics and parties: is a new configuration possible?” *Transfer*, v. 16, n. 3, 2010, p. 315-331.

<sup>6</sup> O conceito de “trabalhismo” presente no título do livro de Angela Maria de Castro Gomes é exemplar nesse sentido. O trabalhismo é entendido como um projeto encampado pelo Estado, por isso um projeto político estatal, que resultou no processo pelo qual os trabalhadores brasileiros se configuraram como ator político. Segundo a autora: “o sucesso do projeto político estatal – do “trabalhismo” – pode ser explicado pelo fato de ter tomado do discurso articulado pelas lideranças da classe trabalhadora durante a Primeira República, elementos-chaves de sua autoimagem e de os ter investido de novo significado em outro contexto discursivo [1942-1945]. Assim, o projeto estatal que constituiu a identidade coletiva da classe trabalhadora articulou uma lógica material, fundada nos benefícios da legislação social, com uma lógica simbólica, que representava estes benefícios como doações e beneficiava-se da experiência de luta dos próprios trabalhadores. [...] o processo de constituição da classe trabalhadora em ator coletivo é um fenômeno político cultural capaz de articular valores, ideias, tradições e modelos de organização através de um discurso em que o trabalhador é ao mesmo tempo sujeito e objeto” (GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, p. 23, 2005).

<sup>7</sup> BRANT, V. C. et al. *Paulínia, petróleo e política*. Campinas: Sindicato dos Petroleiros de Paulínia e Campinas, Cebrap, 1990.

da categoria e da descentralização das negociações, tendências estas impostas pelo corporativismo<sup>8</sup>.

A defesa do papel da Petrobrás como motor do desenvolvimento autônomo da nação é um dos elementos nucleares da identidade dessa categoria. Essa é uma das teses presentes no 6º Congresso da Federação Única dos Petroleiros (CONFUP), realizado no ano 2000.

O projeto de construção da FUP nasceu da vontade política dos petroleiros em fortalecer, cada vez mais, os momentos de mobilização e espaços de articulação das lutas em defesa dos direitos dos petroleiros e da PETROBRÁS como empresa pública e de extrema importância econômica e social na construção e consolidação da soberania do país<sup>9</sup>.

Por consequência, outro elemento fundamental da identidade petroleira é a relutância contra as políticas de privatização da Petrobras – empresa pública à qual esses trabalhadores encontram-se material e simbolicamente ligados<sup>10</sup>. Esse último aspecto, em particular, tem levado os petroleiros à mobilização e a greves radicais marcadas pelo confronto aberto contra a empresa e o Estado. Esse foi o enredo do qual o sindicalismo petroleiro foi o principal personagem nas décadas de 1980 e 1990; na recente conjuntura, porém, os dirigentes

<sup>8</sup> A fundação da FUP se deu no ano de 1994. Essa organização foi antecedida pelo Comando Nacional dos Petroleiros de 1986 e pela Federação Única Cutista Petroleira 1993. Em 2006 houve uma divisão entre os sindicatos que compunham a FUP (voltaremos a esse ponto em seguida). Dessa cisão resultou a fundação da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) em 2010. Essa Federação reúne cinco sindicatos em sua base: 1. Sindipetro Alagoas e Sergipe, 2. Sindipetro Litoral Paulista, 3. Sindipetro São José dos Campos, 4. Sindipetro Pará, Amazonas, Maranhão e Amapá e 5. Sindipetro Rio de Janeiro. A FUP representa trabalhadores distribuídos em 13 sindicatos. De acordo com informações de seu site a Federação “representa atualmente mais de 100 mil trabalhadores do setor petróleo, entre ativos, aposentados e pensionistas do Sistema Petrobrás, além de petroleiros de empresas privadas.” (Disponível em: <<https://www.fup.org.br/a-federacao/historia>>. Acesso em: 9 jul. 2019). Os sindicatos que compõem a base da FUP são: 1. Sindipetro-Rio Grande do Norte, 2. Sindipetro Bahia, 3. Sindipetro Minas Gerais, 4. Sindipetro Duque de Caxias, 5. Sindipetro Norte Fluminense, 6. Sindipetro São Paulo, 7. Sindipetro Paraná / Santa Catarina, 8. Sindipetro Espírito Santo, 9. Sindipetro Pernambuco / Paraíba, 10. Sindipetro-Rio Grande do Sul, 11. Sindipetro Amazonas, 12. Sindipetro Ceará e 13. Sindiquímica Paraná (Sindicatos dos trabalhadores nas indústrias petroquímicas do Estado do Paraná). (Disponível em: <<https://www.fup.org.br/>>. Acesso em: 9 jul. 2019).

<sup>9</sup> FUP. 6º CONFUP. 16, 17 e 18 de junho de 2000. Belo Horizonte - MG, p. 30. Disponível em: <<https://www.fup.org.br/forum/confup/vi-confup>>. Acesso em 28 ago. 2018.

<sup>10</sup> No 7º CONFUP, em 2001, explicitam-se críticas às políticas de privatizantes do governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC): “Entre os compromissos mínimos do próximo governo popular, para nós do setor do petróleo: Deve estar o da reestatização do Petróleo no Brasil, com auditoria popular sobre todas as licitações e parcerias realizadas por FHC. [...] a política de entreguismo praticada pelo governo de

petroleiros têm optado por um repertório de ação sindical de tipo propositivo, sem abrir de mobilizações de caráter político<sup>11</sup>.

### Os petroleiros, o sindicalismo e a política.

O contexto específico da ação sindical da categoria petroleira entrelaça a demanda ordinária (a luta por melhores condições de trabalho, intrínseca aos sindicatos) com o jogo da política, cuja iniciativa pertence ao governo. Desse modo, embora a relação imediata seja com a empresa, os petroleiros são levados a tomar posições frente aos direcionamentos que extrapolam o espaço fabril, pois, em última instância, são determinados pela política (governo federal).

A conjugação entre objetivos imediatos, referentes às condições de trabalho e salários, e objetivos políticos mais gerais, atinentes à organização do Estado, encontra no sindicalismo petroleiro um cenário privilegiado. Por situar-se na Petrobras, empresa modelo das propostas ao mesmo tempo estatizantes e democratizantes do pós-guerra; articular a defesa do patrimônio público com reivindicações sobre o controle da gestão empresarial pelos trabalhadores; por arrostar os dilemas entre interesses comuns ao conjunto diferenciado dos vários setores do operariado e interesses daqueles que se situam no polo mais moderno da produção; por atuar em área estratégica no ramo energético; por questionar, enfim, políticas estatais centralizadas que afetam a todos – o exame da atuação dos petroleiros já se revelaria relevante<sup>12</sup>.

O contexto econômico nacional no início da década de 1980 era de grave déficit público com crescente endividamento. Para sanar o déficit o governo federal recorreu a instituições financeiras internacionais, dentre elas o Fundo Monetário Internacional (FMI). Essas instituições condicionaram o acesso ao crédito à adoção de um conjunto de reformas, que implicariam na reorganização do setor público. Com efeito, o governo Figueiredo tomou

FHC que, para evitar uma forte resistência da sociedade brasileira, vem promovendo uma estratégia de privatização “branca” da empresa, impondo cada vez mais, através da ANP, exigências de flexibilização na estratégia de exploração e produção de óleo e gás, intensificando as pressões para que, também, se ampliem a participação das empresas privadas no setor de refino.” (FUP. 7º CONFUP, PRIVATIZAR FAZ MAL AO BRASIL. 29, 30 de junho e 01 Julho de 2001, Porto Alegre – RS, p. 55. Disponível em: <<https://www.fup.org.br/forum/confup/vii-confup>>. Acesso em 28 ago. 2018.)

<sup>11</sup> O protesto, que historicamente manifesta-se de inúmeras maneiras e sob diferentes formas de organização, é o caráter intrínseco das relações de trabalho, entendidas, estas, como uma relação de exploração. O caráter político de uma greve é um das possibilidades de manifestação desse tipo de protesto, cujos resultados podem ter dimensões imprevisíveis e, nem sempre, mantêm-se dentro das margens previstas. (LINDEN, M. v. der. *Trabalhadores do mundo. Ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas-SP: Editora Unicamp, p. 195-208, 2013).

<sup>12</sup> BRANT et. al., 1990, op. cit. p.15.

a iniciativa de mandar ao Congresso propostas de reformas que no limite significariam a venda do patrimônio de empresas estatais, inclusive da Petrobras. Os petroleiros reconheceram nessas medidas uma ameaça real e mobilizaram-se para vetar a venda do patrimônio da empresa nacional. Assim, entraram em rota de colisão com o governo. O veto foi alcançado, mas custou inúmeras demissões, punição imposta pelo governo militar. Nos anos seguintes, na luta pela reintegração dos trabalhadores demitidos após a greve de 1983, aprofundou-se a percepção de que a realização dos interesses petroleiros os atrelava diretamente à esfera do poder político institucional<sup>13</sup>.

Embora a década de 1980 tenha sido marcada pela crise do regime civil-militar autoritário, e por uma longa crise econômica, também tiveram destaque nessa década as lutas sindicais contra o arrocho salarial<sup>14</sup>, bem como a atuação nas políticas de estabilização dos preços e no movimento para superar a estrutura sindical corporativa<sup>15</sup>. Durante essa década, o movimento sindical brasileiro ascendeu como ator político relevante<sup>16</sup>. Em pleno processo de redemocratização, a existência de uma estrutura sindical, embora sinal de heteronomia, permitiu uma rápida recuperação dos sindicatos. Além disso, o despotismo fabril encorajou o radicalismo sindical com o respaldo das bases. A combinação desses fatores fomentou a ascensão do sindicalismo público com uma prática sindical politizada e favoreceu uma escalada de greves também nesse setor. A atividade do sindicalismo petroleiro nos 1980 sintetizou essas características. Nessa década, os petroleiros mobilizaram-se por estabilidade no emprego; reajuste salarial; turno de 6 horas; assistência médica; contra a privatização da Petrobras; e contra o pacote de medidas do FMI<sup>17</sup>.

As condições da ação sindical, em geral, foram profundamente alteradas nos anos 1990. O processo de redemocratização fez o potencial político dos movimentos sociais mais radicais refluir; a estrutura sindical, que possibilitara uma ligeira reabilitação do sindicalismo, provocou um maior fracionamento da representação de interesses; a inflação em baixa e o

<sup>13</sup> *Ibidem*.

<sup>14</sup> ANTUNES, R. *A Rebelião do trabalho - o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. São Paulo/Campinas: Editora Ensaio; Editora da UNICAMP, 1988.

<sup>15</sup> ALMEIDA, M. H. T. *Crise econômica e interesses organizados: o sindicalismo no Brasil dos anos 1980*. São Paulo, Edusp, 1996.

<sup>16</sup> CARDOSO, A. M. *A Década Neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003. De acordo com Cardoso, até 1989, o número de sindicatos cresceu aproximadamente 50%, alcançando a casa das 10 mil entidades com 18 milhões de trabalhadores e 30 mil negociações coletivas de trabalho; por sua vez, o orçamento geral dessas organizações chegou a um bilhão de dólares. A existência da estrutura sindical permitiu uma rápida recuperação dos sindicatos e as relações de trabalho adversas encorajaram um radicalismo com respaldo das bases. A economia apresentava altas taxas de inflação e baixo desemprego, o que fortalecia ainda mais as greves.

<sup>17</sup> BRANT et. al., op. cit.

desemprego em alta desencorajaram o apoio às greves, que declinaram significativamente<sup>18</sup>. Contudo, essa década foi a de maior mobilização para o sindicalismo petroleiro (III dias parados). No ano de 1995, a FUP articulou a maior greve da história da categoria petroleira. Foram 31 dias consecutivos de paralisação, de dois de maio até três de junho. O motivo dominante era barrar a quebra do monopólio da Petrobras. A greve foi encerrada com a ocupação das refinarias pelas forças armadas. Foram demitidos 95 petroleiros e o sindicato foi judicialmente emparedado: contas bloqueadas e bens penhorados<sup>19</sup>.

O avanço da reestruturação produtiva fez os índices de desemprego aumentarem consideravelmente. Como saída, uma parcela expressiva do sindicalismo participou de acordos tripartites para impedir o esfacelamento total de suas bases<sup>20</sup>. Lastreado pela ascensão do poder nos anos 1980, o sindicalismo dispôs desse capital político para “negociar alternativas às [...] formas de desenvolvimento econômico”<sup>21</sup>. As câmaras setoriais consistiram em acordos para resistir ao desemprego e minimizar perdas. Porém, o desemprego e a precarização provocaram o enfraquecimento da solidariedade de classe e da ação coletiva, como resultado o potencial mobilizador do sindicalismo brasileiro recuou de modo expressivo nessa década<sup>22</sup>. Mudanças nas relações (flexibilização da jornada e da remuneração) e na organização do trabalho (toyotismo) também marcaram o que se caracterizava como uma “nova era”<sup>23</sup>. Em suma, os anos 1990 foram marcados pela ascensão do neoliberalismo<sup>24</sup>. Nesse contexto, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical (FS) acomodaram-se à ordem neoliberal<sup>25</sup>.

<sup>18</sup> CARDOSO, 2003, op. cit.

<sup>19</sup> ROMÃO, F. A *Greve do fim do mundo: petroleiros 1995 – Expressão fenomênica da crise fordista no Brasil – Campinas, 2006. 524 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.*

<sup>20</sup> MARTINS, H. H. T. de S.; RODRIGUES, I. J. “O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90.” *Tempo Social*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 155-182, 1999.

<sup>21</sup> RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. “Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social.” In: SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. (Org.). *Além da Fábrica: trabalhadores, sindicato e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 11-43, 2003.

<sup>22</sup> RODRIGUES, I. J. “Relações de Trabalho no ABC paulista na década de 1990.” In: SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. (Org.), 2003, p. 299-318.

<sup>23</sup> LIMA, J. C. “Trabalho e Reestruturação Produtiva: considerações sobre a ‘Nova Era’.” *Política & Trabalho*, João Pessoa, v. 11, p. 15-20, 1995.

<sup>24</sup> ANTUNES, R. “A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas.” In: SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. (Org.), 2003, p. 213-224.

<sup>25</sup> ALVES, G. “Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da ‘década neoliberal’ (1990-2000).” *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 19, p. 71-94, nov. 2002.; BOITO, A. *O sindicalismo na política brasileira*. 1ª edição, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

Nos anos 2000, destaca-se a relação dos sindicatos com os governos do PT. Nessa década, a CUT em particular, e as organizações sindicais, em geral, obtiveram conquistas no plano econômico, como bem atestam os resultados das negociações coletivas no período, mas tiveram um comportamento em relação ao governo marcado pela acomodação e debilidade política<sup>26</sup>, pela negação de ideais originários (transformismo<sup>27</sup>) e pela cooptação<sup>28</sup>. A relação do sindicalismo, particularmente da CUT, com os governos do PT é complexa. A central e o partido nasceram e se desenvolveram no mesmo processo político<sup>29</sup>. Nesse sentido, as escolhas dos dirigentes da CUT, no contexto dos anos 2000, foram marcadas por contradições. Assim, a despeito de participar do governo, a central não deixou de mobilizar-se para pressionar o presidente a adotar uma política de valorização do salário mínimo e incentivar políticas voltadas à criação de empregos<sup>30</sup>.

De todo modo, a histórica relação dos petroleiros com o Partido dos Trabalhadores (PT) foi reforçada quando, na composição do primeiro governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, o ex-petroleiro José Eduardo Dutra foi indicado para assumir a presidência da Petrobras. Não por acaso, as resoluções do 9º Congresso Nacional dos Petroleiros, realizado em 2003, sugeriram, ao novo governo, uma atuação para recuperar o setor de petróleo, entendendo que a Petrobras deveria ser reposicionada como propulsora do desenvolvimento econômico<sup>31</sup>. A recondução dessa empresa como motor do processo econômico deveria implicar, por conseguinte, na valorização de seus trabalhadores.

<sup>26</sup> GALVÃO, A. “A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula.” *Outubro*, Campinas, n. 18, p. 177-200, 2009. Disponível em: < <http://outubrorevista.com.br/a-reconfiguracao-do-movimento-sindical-no-governo-lula/>>. Acesso em: 12 mai. 2015.; BOITO, A.; GALVÃO, A.; MARCELINO, P. “Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000.” *OSAL*, Buenos Aires: CLACSO, ano X, n. 26, out. 2009.

<sup>27</sup> Inspirado em Gramsci o autor acredita que estes fatos evidenciarão o fenômeno do transformismo. “Entendemos por transformismo, no sentido gramsciano, o movimento de cooptação política e ideológica desencadeado pelas classes dominantes sobre suas forças aliadas e/ou sobre as classes subalternas. Tal movimento de aproximação com o governo consiste em atrair para o campo político dominante os intelectuais orgânicos dos outros grupos sociais, seus dirigentes políticos e ideológicos, esvaziando sua postura crítica e decapitando as forças sociais oponentes de sua direção política. Desse modo, permite-se a conservação da ordem numa qualidade superior, pois as contradições sociais e a luta entre as classes não desdobram no plano da luta política e ideológica, ficando como que “congeladas” no plano político [...]” (SOARES, J. de L. “As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula.” *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, vol. 28, n. 3, set./dez. 2013, p. 548)

<sup>28</sup> ANTUNES, R.; SILVA, J. B. “Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial.” *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 75, p. 511-528, Set./Dez. 2015.; BRAGA, R. “Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes.” In: SINGER, A.; LOUREIRO, I. (Org.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* 1ª edição, São Paulo: Boitempo, 2016.; SOARES, J. L., op. cit.

<sup>29</sup> CARDOSO, A. “Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro.” In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 75, p. 493-510, Set./Dez. 2015.

Em 2010, os resultados da nova política de investimentos da Petrobras foram destacados pelo então presidente da companhia, José Sérgio Gabrielli: “Dos 47 poços perfurados recentemente pela companhia, encontramos petróleo em 41. Na área específica do pré-sal na Bacia de Santos, dos 13 poços perfurados, obtivemos 100% de sucesso”<sup>32</sup>. A ênfase da fala de Gabrielli é que sem os investimentos não haveria a descoberta das reservas do pré-sal, que uma vez comprovadas, colocaram o país entre os 10 maiores possuidores de reservas de petróleo do planeta.

O novo papel da Petrobras na política de desenvolvimento teve efeitos positivos sobre o mercado de trabalho. Segundo Faria a “nova política de contratações [...] levou a estatal a ter, no final de 2007, 50 mil empregados próprios, representando um crescimento de 45,4% desde 2003”<sup>33</sup>.

Ainda assim, nos anos 2000, os sindicatos continuaram a enfrentar pressões semelhantes às da década anterior, a despeito de uma relativa recuperação da renda do trabalho. De um modo geral, as negociações coletivas nesses anos apontam para um movimento contraditório<sup>34</sup>. O cenário foi favorável para recuperar a remuneração do trabalho, mas as negociações coletivas pouco avançaram na regulamentação de tendências flexibilizantes. Os bancários, por exemplo, deram centralidade às reivindicações econômicas, com aprofundamento da luta por direitos difusos (a cidadania) e com pouca eficácia no tratamento da gestão do trabalho, o que propiciou o avanço da flexibilidade e da

<sup>30</sup> RAMALHO, J. R.; RODRIGUES, I. J., CONCEIÇÃO, J. “Relações de trabalho e sindicato no primeiro governo Lula (2003-2006).” *Ciência e Cultura*, v. 60, p. 54-57, 2008.; LADOSKY, M. H. *A CUT e o Governo Lula: Da defesa da “liberdade e autonomia” à reforma sindical inconclusa*. São Paulo, 2009. 318 f. (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2009.; LADOSKY, M. H.; OLIVEIRA, R. V. “O “novo sindicalismo” pela ótica dos estudos do trabalho.” *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 6, n. 11 janeiro-junho de 2014, p. 147-170.

<sup>31</sup> “O novo governo, para implementar as mudanças e reconstruir o país, precisa recuperar os setores estratégicos como o de petróleo. Por isso, urge a elaboração de um novo planejamento estratégico para o setor; o redirecionamento da Agência Nacional de Petróleo – ANP; e o reposicionamento da PETROBRÁS como empresa suporte para o desenvolvimento e a soberania do Brasil, o que implica no fortalecimento da empresa e na valorização dos seus trabalhadores”. (FUP. 9º CONFUP, *PETROLEIROS: 50 ANOS CONSTRUINDO A HISTÓRIA DA PETROBRÁS* 10, 11, 12 e 13 de julho de 2003. Campinas-SP <<https://www.fup.org.br/forum/confup/ix-confup>>. Acesso em 28 ago. 2018).

<sup>32</sup> GABRIELLI, 2010 apud FARIA, G. *O governo Lula e o novo papel do Estado brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010).

<sup>33</sup> *Ibid.*, p. 55.

<sup>34</sup> KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. “As controvérsias das negociações coletivas nos anos 2000 no Brasil.” In: OLIVEIRA, R. V., BRIDI, M. A., FERRAZ, M. (Org.). *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2016.

terceirização<sup>35</sup>. Ao mesmo tempo, ampliaram a capacidade de mobilização e o número de greves e de horas paradas, que aumentaram ao longo da década.

No caso dos petroleiros, se compararmos com o número de dias parados da década anterior (111 dias), constata-se uma diminuição significativa. O número de greves com a base nacional unificada foi apenas de 19 dias, nos anos 2000. Ao longo dessa década, o movimento dos trabalhadores petroleiros foi dividido por uma dissidência. Em 2006, sindicatos descontentes com a repactuação do plano de previdência saíram da FUP<sup>36</sup>.

A questão previdenciária ligada ao indicativo de repactuação foi o estopim da cisão. Parte dos sindicatos repudiou a medida. O Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista (Sindipetro-LP) decidiu em reunião que não participaria do Congresso, em virtude da proposta de repactuação. Os sindipetros do Rio de Janeiro, Pará/Amazonas/Maranhão/Amapá, Alagoas/Sergipe e São José dos Campos abandonaram o congresso sem participar dos debates. Em agosto de 2006, os sindicatos dissidentes convocaram as bases para discutir a desfiliação à FUP<sup>37</sup>.

Em 2010 essa dissidência resultou na fundação da Federação Nacional dos Petroleiros.

Assim, a descentralização das mobilizações petroleiras nessa década explicar-se-ia, em parte, pela divisão do movimento. Ademais, essa dissidência se explicaria pelo fato de a FUP compor a base de apoio aos governos do PT. Segundo Loureiro e Trojbic, a relação petroleiros-governo-Petrobras era de alinhamento, nesse período:

em contraste com a situação de 1997, quando houve enfrentamento entre governo e sindicatos de petroleiros e uma explícita disposição da Presidência da República de quebrar qualquer oposição dentro da estatal, na reforma de 2010 as relações entre governo, Petrobras e sindicatos foram de alinhamento. Conforme entrevistados, tanto a diretoria como os funcionários da Petrobras estavam sintonizados com os termos da reformulação da política do setor e também com relação à questão do desenvolvimento da indústria nacional<sup>38</sup>.

<sup>35</sup> COLOMBI, A. P. F. *Entre a fragmentação e ação unificada: uma análise da atuação do Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e região durante os anos 2000*. Campinas, 2014. 201 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2014.; MALERBA, P. E. *O sindicalismo bancário nos governos do PT*. Campinas, 2017. 258 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

<sup>36</sup> BATISTA, C. *A estratégia da negação: o lulismo e a dissidência sindical petroleira* – Niterói, 2018. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, 2018.

<sup>37</sup> Ibid., p. 76-77.

<sup>38</sup> LOUREIRO, I.; TROJBICZ, B. *Rupturas, continuidades e gradualismo nas políticas de petróleo no Brasil: 1995 a 2010*. O&S - Salvador, v. 25, n. 85, 2018, p. 206.

Contudo, essa relação de alinhamento não foi capaz de impedir que a tendência de flexibilização das relações de trabalho imprimisse sua força também no setor de petróleo. Desse modo, houve significativo avanço da terceirização via reestruturação produtiva nas atividades da Petrobras<sup>39</sup>. O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) teve como principal alvo os trabalhadores das empresas prestadoras de serviço para a petrolífera. Desse modo, o PROMINP teria funcionado como uma justificativa para a terceirização.

A década que se inicia com a eleição de Dilma Rousseff, para o terceiro mandato consecutivo do PT no poder Executivo Federal, experimentava uma relativa calma na relação com o sindicalismo petroleiro. Houve uma ameaça de greve em 2011, mas, com a conclusão das negociações do Acordo Coletivo de Trabalho, não houve paralisação.

Porém, esse cenário começou a se alterar durante o terceiro mandato do PT na presidência da república, que foi enredado por grave crise política e econômica. A conjuntura de instabilidade política configurou-se antes do fim do primeiro governo de Dilma Rousseff. Em junho de 2013 os protestos contra o aumento das passagens resultaram em rápida e avassaladora perda de popularidade da presidenta. Por outro lado, as negociações do ACT de 2013, entre os petroleiros e a Petrobras, foram marcadas por forte tensão. Dessa vez houve mobilização e enfrentamento político contra as atitudes do governo. O resultado foi a paralisação das atividades dos petroleiros durante sete dias consecutivos em todo o país, a maior paralisação desde a histórica greve de 1995. Após sete dias de greve houve enfrentamento dos petroleiros com as forças armadas em frente à sede da Petrobras, na cidade do Rio de Janeiro, no dia da realização do leilão do Campo de Libra, um dos lotes com maior potencial produtivo das recém descobertas reservas do pré-sal. Apesar do manifesto descontentamento popular, Dilma venceu as eleições de outubro de 2014, embora com estreita vantagem de votos. Disso resultou um governo fragilizado desde a origem.

Ao mesmo tempo, o avanço de denúncias de corrupção contra membros de seu governo por força de ações da operação Lava Jato<sup>40</sup> fez despencar sua popularidade

<sup>39</sup> LOPES, L. A. *A qualificação profissional nas tramas da terceirização: o setor petrolífero, a Petrobrás e o Prominp*. Salvador, 2012. 232f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

<sup>40</sup> Desde que, em 2019, o jornal *The Intercept Brasil*, em associação com outros setores da imprensa, começou a revelar o caráter faccioso da Operação Lava-Jato, que preferencialmente escolheu o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores como alvos de sanha justiceira ficou claro o viés político das ações dessa Operação. O caso do vazamento do áudio que envolvia a, então, presidente da República e o ex-presidente Lula, cujo efeito político foi reativar as manifestações de rua contrárias ao governo trabalhista, não deixam dúvida sobre o caráter parcial dos agentes envolvidos nessa trama. As denúncias de corrupção de diretores da Petrobras, do mesmo modo, foram lançadas com tamanha intensidade e veiculadas de tal modo, sem nenhum cuidado de preservar a imagem da estatal, que, certamente, esse procedimento também contribuiu para lançar a empresa numa crise sem precedentes, cujos efeitos expandiram-se sobre a cadeia

acentuando a crise política que veio a culminar com seu afastamento do poder executivo depois de um processo de impeachment que se estendeu entre maio e agosto de 2016. Ainda com esse processo em andamento, a presidência foi assumida pelo vice-presidente Michel Temer. Este constituiu um novo governo com ampla base parlamentar reunindo condições de atenuar a crise política e efetuar reformas de cunho neoliberal com vistas a enfrentar as dificuldades econômicas. Em julho de 2017, o congresso nacional aprovou uma reforma trabalhista que alterou de modo significativo a regulação do mercado de trabalho no Brasil com efeitos deletérios para a representação sindical. Nesse ínterim, o presidente foi flagrado em comprometedoras relações com empresários e políticos investigados por atos de corrupção e, assim, uma nova crise política atingiu de novo o centro do poder. Assim, o ânimo reformador de seu governo foi arrefecido e a pretendida reforma da previdência não teve prosseguimento<sup>41</sup>.

A instabilidade na economia também teve início durante o governo de Dilma Rousseff<sup>42</sup>. O declínio dos indicadores econômicos começou antes do fim de seu primeiro mandato e acentuou-se ao longo da crise política. Se em 2014 a economia cresceu apenas 0,5%, em 2015 regrediu 3,5% (IBGE<sup>43</sup>). Embora o desempenho econômico não dependa exclusivamente do setor público, a ação estatal foi determinante para a evolução da crise<sup>44</sup>. Se no período 2003-2006 o crescimento econômico foi puxado pelo mercado externo (exportações), entre 2007 e 2010 a maior expansão econômica deveu-se às políticas de distribuição de renda, à oferta de crédito e aos investimentos públicos em infraestrutura física e social. Já

produtiva de petróleo e gás no país, eliminando milhares de postos de trabalho.

<sup>41</sup> A greve geral de 28 de abril de 2017 reuniu as principais centrais sindicais do país e, certamente, diminuiu o ímpeto do Parlamento que objetivava realizar a reforma previdenciária.

<sup>42</sup> No início desse governo, houve um corte de 10 bilhões no orçamento do governo federal. O então Ministro da Fazenda Guido Mantega reconheceu, mais tarde, que esse corte foi exagerado e seus efeitos comprometeram o investimento público, um dos motores da economia no período anterior. (Disponível em: <http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/05/mantega-anuncia-corte-de-mais-r-10-bilhoes-no-orcamento-dos-ministerios.html>. Acesso em: 29 nov. 2019.)

<sup>43</sup> A evolução do PIB em 2015 foi negativa, isto é, houve uma involução de três vírgula cinco por cento (- 3,5%, portanto) em comparação com o resultado do quarto trimestre de 2014. IBGE. Séries históricas, 2019. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=pib%252523evolucao-taxa%252523evolucao-taxa%23evolucao-taxa#evolucao-taxa](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib%252523evolucao-taxa%252523evolucao-taxa%23evolucao-taxa#evolucao-taxa). Acesso em: 02 jul. 2019.

<sup>44</sup> CARVALHO, L. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

entre 2011 e 2014, o fim do ciclo de expansão dos investimentos públicos em infraestrutura e sua substituição por uma política de redução de impostos, concessões e outros estímulos ao setor privado retiraram da economia brasileira um de seus principais motores [os investimentos públicos]<sup>45</sup>.

A observação dos investimentos da Petrobras, nesse período, evidencia a redução nas inversões da estatal. Essa política exerceu papel fundamental no agravamento da crise econômica, uma vez que a Petrobras é a maior empresa do país<sup>46</sup> e, no período 2003-2013, investiu mais que qualquer outro agente econômico. Em 2013, por exemplo, a estatal investiu o equivalente a 1,7% do PIB, enquanto todo o investimento do governo federal foi de apenas 0,9%<sup>47</sup>. De acordo com Cerqueira

O traço mais marcante do biênio 2014-2015 é o colapso dos investimentos do Grupo Petrobras, em termos reais de R\$ 103,5 bilhões em 2013 para R\$ 59,2 bilhões em 2015, uma queda de 43% que coincide com a baixa internacional dos preços do petróleo e com os desdobramentos políticos, a partir de meados de 2014, das investigações da Polícia Federal e do Ministério Público Federal sobre lavagem de dinheiro e corrupção associada à empresa (operação Lava Jato). A alta real do investimento federal em 2014 não foi capaz de compensar no ano a queda do investimento da estatal. Já em 2015, o comportamento pró-cíclico do investimento federal, em decorrência do forte ajuste fiscal implementado, reforçou a baixa do investimento da Petrobras, o que ensejou dois anos seguidos de queda do investimento federal somado ao da Petrobras, um fato inédito no período 2003-2015. O ponto a destacar é que em 2015, em termos reais, o investimento federal e da Petrobras voltou ao nível de 2008, em torno de R\$ 98 bilhões, enquanto em % do PIB regrediu a 1,7% do PIB (contra 2,5% em 2013), nível próximo ao de 2007, ano de início do PAC e do anúncio das primeiras descobertas no pré-sal.<sup>48</sup>

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 32.

<sup>46</sup> De acordo com Nozaki, a Petrobras é a maior empresa nacional: “as dez maiores corporações industriais cujo capital é de origem exclusivamente nacional são, em ordem decrescente: Petrobras, JBS, Vale, Ultrapar, Eletrobras, Braskem, Cosan, Gerdau, BRF e Copersucar.” A Petrobras esteve diretamente associada à formação do capitalismo industrial no Brasil, e ainda é uma empresa estratégica para a economia nacional. Para Nozaki “não é exagero supor que a análise da estrutura e da dinâmica do capital industrial brasileiro passa necessariamente pela compreensão da indústria de óleo e gás e suas adjacências [...] das dez empresas listadas acima cinco estão diretamente ligadas à produção de hidrocarbonetos e energia: Petrobras, Eletrobras, Ultrapar, Cosan e Copersucar.” A importância da petrolífera para a economia nacional foi fundamental “entre 2003 e 2014, último ciclo de expansão da Petrobras, o investimento da petrolífera brasileira foi, em média, equivalente a 1,6% do Produto Interno Bruto (PIB), a 8,4% da formação bruta de capital fixo e a 49% do orçamento total das empresas estatais do país.” (NOZAKI, W. V. “A indústria de petróleo e energia como núcleo dinâmico do capital produtivo nacional.” In: LEÃO, Rodrigo; NOZAKI, William (Org.). *Geopolítica, estratégia e petróleo: transformações internacionais e nacionais*. Rio de Janeiro: INEEP; FLACSO, 2019, p. 43-45.)

<sup>47</sup> CERQUEIRA, op. cit.

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 17.

Assim, a Petrobras não passou incólume pela crise política do período recente. A curva descendente de suas inversões na economia brasileira coincide com a revelação de atos de corrupção que a vitimou. Somou-se a isso a crise do mercado petrolífero internacional<sup>49</sup>. As medidas de freio nos investimentos indiretamente associadas à crise econômica e política tornaram-se uma política deliberada da empresa na gestão de Pedro Parente. “Segundo informou a Petrobras no PNG [Plano de Negócios e Gestão] 2017-2021, a meta de desinvestimentos para o biênio 2017-2018 foi de US\$ 21 bilhões.”<sup>50</sup>. Essa redução de investimentos teve forte impacto sobre o mercado de trabalho. A aplicação “de R\$ 1 bilhão realizado no refino implica na geração de R\$ 1,27 bilhão no PIB e de 32.348 ocupações”<sup>51</sup>. Esses são os efeitos sobre toda a cadeia de produção do petróleo. Considerando apenas o efetivo da petrolífera entre 2013 e 2015, foram eliminados 5.818 postos de trabalho diretos – em 2013 havia 62.692 trabalhadores, em 2015: 56.874<sup>52</sup>.

Esse conjunto de mudanças alterou de modo significativo as circunstâncias de atuação das organizações sindicais no Brasil. A substituição de um governo trabalhista por uma coalizão política que realizou a maior modificação nas leis do trabalho desde sua consolidação em 1943 trouxe modificações que já são sentidas no mercado de trabalho. A crise política e econômica impactou de modo particular a Petrobras. Com o corte de inversões muitos postos de trabalho foram eliminados no setor de petróleo atingindo diretamente a categoria petroleira. Conforme vimos, frente a essas circunstâncias a FUP iniciou uma reação redefinindo sua estratégia típica de confronto ao propor interlocução com a empresa aproximando-se, assim, de uma ação sindical de tipo propositivo.

<sup>49</sup> “Com a crise do setor que se instalou no fim de 2014 – fruto da queda do preço do petróleo, das dificuldades financeiras da Petrobras e dos efeitos da Operação Lava Jato (que desestruturou a cadeia de fornecedores nacionais com as recuperações judiciais e o fechamento de diversas empresas) –, a companhia adotou a partir de 2015 uma estratégia de venda de ativos e de drástica redução dos investimentos.” (PINTO, E. C., DWECK, E. “Redução dos investimentos da Petrobras: um balanço das perdas.” In: LEÃO, Rodrigo; NOZAKI, William (Org.). *Geopolítica, estratégia e petróleo: transformações internacionais e nacionais*. Rio de Janeiro: INEEP; FLACSO, 2019, p. 111-112)

<sup>50</sup> LEÃO, R. “A Petrobras na contramão das estratégias globais do setor.” In: LEÃO, Rodrigo; NOZAKI, William (Org.). *Geopolítica, estratégia e petróleo: transformações internacionais e nacionais*. Rio de Janeiro: INEEP; FLACSO, 2019, p. 71-73.

<sup>51</sup> PINTO, E. C.; DWECK, E., 2019, op. cit. p. 112.

<sup>52</sup> PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – *PETROBRAS. Relatório Anual 2015*. Rio de Janeiro, Petrobras: 2016. Disponível em: < <http://www.petrobras.com.br/pt/sociedade-e-meio-ambiente/relato-integrado/>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

No ano de 2015 foram 20 dias de paralisação<sup>53</sup>, e os petroleiros conseguiram fazer com que a Petrobras aceitasse a criação de um Grupo de Trabalho para discutir o que chamaram de *Pauta Pelo Brasil*. Em 2016, os petroleiros promoveram uma paralisação nacional contra a nova gestão da Petrobras, que anunciou um plano de negócios objetivando a redução do endividamento da empresa por meio de um drástico corte de investimentos. Em 2017, a categoria participou da greve geral e organizou uma campanha que ficou conhecida como *Projeto para mudar o Brasil*. Acentuou-se, então, a defesa da Petrobras como empresa estatal que deve ter como objetivo, segundo os petroleiros, ampliar os investimentos para criar empregos e gerar renda para os trabalhadores.

### À guisa de conclusão

O exame da trajetória do sindicalismo brasileiro e, em particular, da ação dos petroleiros, nas últimas décadas, mostrou que as organizações sindicais experimentaram diferentes contextos, com maior ou menor potencial político. O sindicalismo dos anos 1980 se reorganizou e fortaleceu numa conjuntura marcada por crise econômica e política, na contramão da tendência de desestruturação do sindicalismo internacional (Europa e Estados Unidos). Ademais, nessa década o movimento sindical obteve significativo poder de veto contra políticas que feriam seus interesses. Nos anos 1990, o sindicalismo teve que se adaptar ao cenário de reorganização do padrão produtivo e abertura comercial, e por força desses processos experimentou situação semelhante àquela vivida pelas organizações do norte global, com desestruturação das bases e enfraquecimento do poder sindical. Nesses anos, o sindicalismo experimentou muitas perdas, de tal modo que se pode dizer que o potencial político demonstrado na década passada não foi mais o mesmo. Na década seguinte, sob um governo trabalhista e favorável às demandas sindicais, assistiu-se a uma retomada do crescimento econômico, mas com a permanência de tendências flexibilizantes no mercado de trabalho. Durante esse período, as negociações coletivas favoreceram uma relativa recuperação das perdas e acentuada valorização dos salários. Mesmo sem reverter as tendências flexibilizantes, o sindicalismo recuperou seu potencial político, uma vez que as reformas trabalhistas e previdenciárias só se concretizaram após o impeachment do governo trabalhista.

<sup>53</sup> “A greve de 2015 teve início em 1º de novembro de 2015 e em alguns sindicatos foi feita até o dia 20 de novembro de 2015”. (PARANHOS, M. *Mobilização e ação sindical: a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a negociação coletiva para o acordo 2013-2015*. Rio de Janeiro, 2016. 224 f. (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016, p. 116).

Assim, no ocaso da experiência dos governos trabalhistas a regulação do trabalho passou por profundas alterações, como bem atestam a reforma trabalhista de julho de 2017 e as iniciativas governamentais do governo eleito em 2018. A gestão da Petrobras, a mais importante empresa estatal, passou a privilegiar a venda do patrimônio e a redução dos investimentos. Ao mesmo tempo, nas condições em que se deu a transição política do governo Dilma para o governo Temer o sindicalismo perdeu trânsito nos espaços de formulação de políticas públicas voltadas para a esfera do trabalho, tal qual experimentou na década passada. Numa perspectiva histórica, nesses anos o sindicalismo recuperou parte do potencial político que construiu nos anos 1980, e que foi drasticamente reduzido nos anos 1990. As dificuldades econômicas, por sua vez, se mostram através dos altos índices de desemprego que ameaçam desestruturar as bases das organizações sindicais, tal como naquela década. Por outro lado, o efeito combinado da crise política e econômica afetou de modo especial a Petrobras bem como a atuação da FUP. Nesse contexto, a ação sindical petroleira mostrou-se propositiva como forma de defender-se das privatizações do patrimônio da estatal que ameaçam desestruturar a categoria e sua capacidade de mobilização. Porém, essa forma de resistência pode abrir um leque de possibilidades com potencial político de fazer essa categoria sobreviver à tormenta neoliberal, e, em uma conjuntura futura, juntar-se às forças progressistas para realizar seus objetivos.

Recebido: 09/10/2019

Aceito: 23/11/2019